

A Política de Coesão Europeia em Portugal

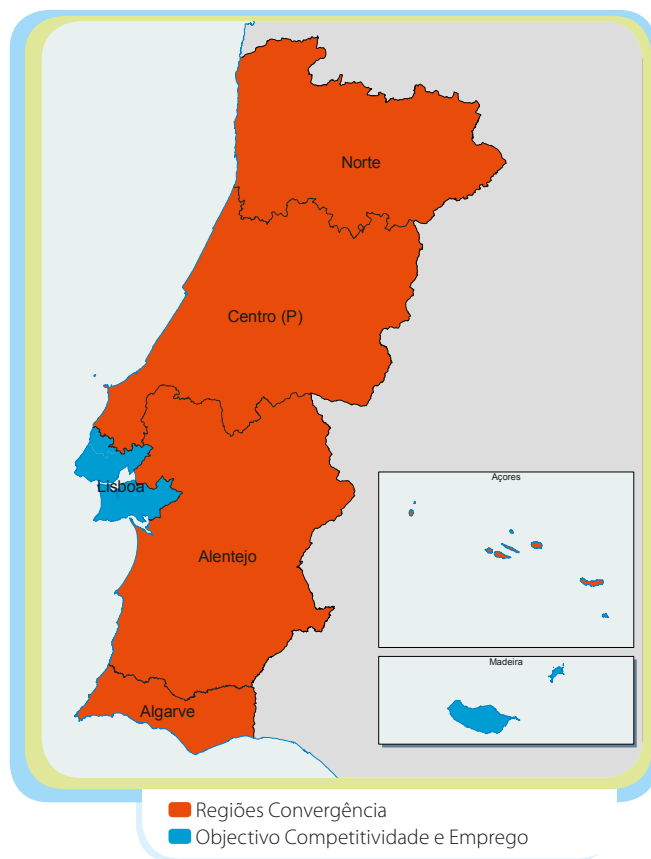
PT

A União Europeia (UE) compreende 27 Estados-Membros que constituem uma comunidade e um mercado único de 493 milhões de cidadãos. No entanto, importantes disparidades económicas e sociais entre esses mesmos países e as suas 271 regiões continuam a existir. A Política de Coesão Europeia está no cerne do esforço que pretende melhorar a competitividade da União como um todo e, em particular, das suas regiões menos desenvolvidas.

Por intermédio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE) - também designados como Fundos Estruturais - e do Fundo de Coesão, a referida política investe em milhares de projectos em todas as regiões da Europa a fim de alcançar o seu objectivo principal: promover a coesão económica e social através da redução dessas mesmas disparidades entre Estados-Membros e regiões. Com um orçamento de **347 milhares de milhões de euros** para o período de 2007-2013, a Política de Coesão representa, a nível da União, a maior fonte de apoio financeiro ao investimento no crescimento e emprego, concebida para permitir a todas as regiões serem mais concorrenciais no mercado interno.

Contudo, os desafios com os quais se encontram confrontadas as regiões europeias têm evoluído com o tempo e a política de coesão tem-se adaptado a esta realidade. É num contexto de mudanças particularmente importantes no seio da União, resultantes do seu alargamento e da crescente globalização, e face a preocupações em matéria de abastecimento de energia, de declínio demográfico, de alterações climáticas e, mais recentemente, de recessão mundial, que a política de coesão tem evoluído gradualmente e se tornou um elemento chave da resposta a essas novas realidades.

Política de Coesão 2007-2013



IMPACTO E RESULTADOS DA POLÍTICA DE COESÃO EM PORTUGAL

- Entre 1995 e 2004, a Política de Coesão ajudou a aumentar de 200% a densidade da rede de auto-estradas em Portugal.
- A Política de Coesão contribuiu também para evitar o crescimento do desemprego, entre 1,7% e 2,1% em 2004 e entre 0,1% e 1% em 2006.
- A Política de Coesão ajudou ainda a reduzir, de 60 para 12, o número de dias necessários à criação de uma empresa.

RESUMO DAS REALIZAÇÕES

- Aumento de 200% da densidade da rede de auto-estradas com a ajuda dos fundos
- Apoio para travar a subida do desemprego

OS INVESTIMENTOS EUROPEUS EM PORTUGAL (2007-2013)

Durante o período de programação de 2007-2013, Portugal beneficia de um investimento europeu de cerca de **22 milhares de milhões de euros**, no quadro dos Objectivos Convergência¹, Competitividade Regional e Emprego e Cooperação Territorial Europeia.

¹ O Objectivo Convergência diz respeito às regiões que se caracterizam por baixos níveis de PIB e de emprego e cujo PIB per capita é inferior à 75% da média europeia verificada entre 2000 e 2002. Este Objectivo aplica-se a 99 regiões, que representam 35% da população da UE-27, e visa a melhorar as condições favoráveis ao crescimento e a uma convergência em tempo real nos Estados-Membros e nas regiões menos desenvolvidas. O Objectivo da Competitividade Regional e do Emprego aplica-se ao resto da UE, isto é a 172 regiões, que representam cerca de 65% da população da UE-27. Este Objectivo visa melhorar a competitividade e a capacidade de atracção das regiões e estimular níveis de emprego. É necessário assinalar ainda que o desenvolvimento rural e a política das pescas são consideradas como políticas à parte e, portanto, não figuram na presente brochura.



União Europeia
Política de Coesão

Portugal prevê a criação de 14 programas: 3 temáticos (“Factores de Competitividade”, “Potencial Humano” e “Valorização Territorial”), 9 regionais e 2 de “assistência técnica”. Nove desses programas são financiados pelo FEDER, quatro pelo FSE e um pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, em conjunto.

Para o período de 2007–2013, as regiões do Norte, Centro, Alentejo, Açores e Algarve são elegíveis no âmbito do Objectivo Convergência. As regiões da Madeira e de Lisboa são ambas elegíveis no âmbito do Objectivo Competitividade Regional e Emprego.

FUNDOS EUROPEUS ATRIBUÍDOS A PORTUGAL PARA O PERÍODO 2007-2013, EM MILHARES DE MILHÕES DE EUROS

Objectivo	Fundo	UE	Financiamento público nacional	Financiamento privado nacional	Total
Convergência	FC	3,1	1,3	-	4,4
	FEDER	11,2	3,4	3,4	18
	FSE	6,2	2,5	-	8,7
Total Convergência		20,5			
Competitividade Regional e Emprego	FEDER	0,6	0,3	0,2	1,1
	FSE	0,3	0,2	-	0,5
Total Competitividade Regional e Emprego		0,9			
Total Cooperação Territorial Europeia*	FEDER	0,1	-	-	0,1
TOTAL		21,5	7,7	3,6	32,8

Os montantes foram arredondados

* Cada um dos programas relativos ao Objectivo da Cooperação Territorial prevê um mínimo de 15% de co-financiamento de cada um dos Estados-Membros participantes.

CONCRETIZAR A ESTRATÉGIA DE LISBOA PARA O CRESCIMENTO E EMPREGO

Em 2005, o relançamento da Estratégia de Lisboa da UE visava apoiar a competitividade das regiões europeias na economia mundial e colocou o crescimento, o emprego e a competitividade, como prioridades da agenda europeia. Para o período de 2007–2013, a Política Europeia de Coesão passou a dar uma importância acrescida à concretização dos “objectivos de Lisboa”.

Portugal adoptou, para o período de 2007–2013 e comparativamente a períodos anteriores, uma abordagem mais estratégica relativamente à política de coesão. Um montante significativo (82%) da intervenção dos Fundos Estruturais e de Coesão será investido em prioridades relacionadas com a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego. Reconhecendo a importância de promover tanto o capital humano, como a internacionalização e a melhoria da competitividade e da especialização económica, Portugal definiu 5 prioridades estratégicas nacionais para o período de 2007–2013: promover a qualificação das portuguesas e dos portugueses, fomentar o crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação territorial e aumentar a eficiência da governação.

PRINCIPAIS PRIORIDADES DA POLÍTICA DE COESÃO EM PORTUGAL PARA O PERÍODO DE 2007-2013

Portugal prevê gastar mais de 5 mil milhões de euros dos Fundos Estruturais (24% do total dos recursos comunitários que lhe foram atribuídos) para a promoção da **Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&D) e inovação**.

Outros investimentos consideráveis (452 milhões de euros) têm como objectivo reforçar a **formação avançada nas áreas das ciências e da tecnologia**, e nas da investigação e inovação, num esforço para eliminar o desnível científico e tecnológico existente, condição necessária para o progresso económico e social.

Portugal prevê também investir 2,8 mil milhões de euros dos Fundos Estruturais em **infra-estruturas de transportes e acessibilidade**. A maior parte deste elevado montante (1,2 milhares de milhões de euros) destina-se a projectos relacionados com a Rede Transeuropeia de Transportes (TEN-T), tais como as linhas de comboio de alta velocidade entre Lisboa e Madrid e entre Lisboa e o Porto, um novo aeroporto em Lisboa, um novo comboio de mercadorias entre Sines e Badajoz e o desenvolvimento do porto de Sines.

O apoio ao **empreendedorismo**, especialmente às **pequenas e médias empresas (PME)**, representará cerca de 1,5 milhares de milhões de euros provenientes dos Fundos Estruturais, dos quais 100 milhões serão dedicados à criação da iniciativa JEREMIE (Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises), gerida pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI). Este instrumento financeiro destina-se a facilitar o acesso ao crédito às pequenas e médias empresas (PME) e a favorecer a criação de novos negócios.

Portugal investe ainda 693 milhões de euros para **melhorar as infra-estruturas e os serviços relativos às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)**.

Uma soma de 5,32 milhares de milhões de euros destina-se à formação, à educação e ao desenvolvimento da flexibilidade do mercado do trabalho. Desse montante, serão reservados 55 milhões de euros que servirão para apoiar medidas visando à integração dos imigrantes.

Finalmente, Portugal prevê consagrar, durante o período de 2007 a 2013, mais de 5 milhares de milhões de euros dos Fundos Estruturais à protecção do **ambiente**, à promoção do **crescimento sustentado** e à luta contra as **alterações climáticas**.

PONTOS ESSENCIAIS (2007-2013)

- Mais de 5 milhares de milhões de euros dedicados à investigação e ao desenvolvimento
- Mais de 5,3 milhares de milhões de euros atribuídos à formação, à educação e ao desenvolvimento da flexibilidade do mercado do trabalho
- Mais de 5 milhares de milhões de euros consagrados à protecção do ambiente, à promoção do crescimento sustentado e à luta contra as alterações climáticas
- 2,8 milhares de milhões de euros destinados a melhorar as infra-estruturas de transporte

LANÇAR PONTES ENTRE VIZINHOS

Actualmente, na Europa, o êxito a nível económico está muitas vezes dependente da capacidade de uma região de desenvolver redes com outras regiões. A cooperação e a partilha de experiências entre regiões podem ser determinantes para estimular um processo de desenvolvimento regional dinâmico e ambicioso. A UE tem um papel central, tanto a nível das negociações e do apoio de tais parcerias no seio da União, como também no que diz respeito a parcerias que envolvam regiões exteriores à UE. Milhares de projectos desenvolvidos ao longo de numerosos anos, no âmbito da iniciativa INTERREG, demonstraram os benefícios recolhidos pelas diferentes regiões em termos de trabalho em parceria, de partilha de ideias e de definição de meios inovadores destinados a tirar proveito dos investimentos europeus.

O **Objectivo de Cooperação Territorial Europeia** é financiado, para o período de 2007 a 2013, pelo FEDER e apoia programas de cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, com o intuito de encorajar as regiões e cidades, tanto da UE como para além das suas fronteiras, a trabalharem em conjunto e a aprenderem umas com as outras.

Portugal participa em 5 programas de cooperação territorial (contribuição do FEDER: 90 milhões de euros): um programa de cooperação transfronteiriça e quatro programas de cooperação transnacional. Além disso, participa ainda nos quatro programas de cooperação inter-regional (orçamento total destinado aos 27 Estados-Membros: 443 milhões de euros)²: INTERACT II, URBACT II, ESPON/ORATE e INTERREG IV C.

2 INTERREG IV C – promove a troca de experiências e de boas práticas entre as regiões, URBACT – redes urbanas temáticas, INTERACT – apoio aos organismos de gestão dos programas de cooperação, ESPON/ORATE – rede de observação destinada à planificação espacial.

APOIO ÀS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

O Tratado da CE e as quatro comunicações adoptadas pela Comissão em 2004, 2007 e 2008³, sublinham a necessidade de reconhecer o estatuto especial das regiões ultraperiféricas⁴ e de estabelecer uma verdadeira estratégia europeia para as apoiar. A política de coesão prevista para o período de 2007 a 2013, combina várias medidas específicas de assistência aos Açores e à Madeira (e a todas as outras regiões ultraperiféricas):

- Taxas de apoio dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE) aumentaram para 85%.
- Uma dotação especificamente destinada a compensar os custos suplementares decorrentes das desvantagens inerentes às regiões ultraperiféricas. Essa dotação representa um montante de 65,6 milhões de euros (6,7% do montante total das dotações do FEDER) para os Açores e um montante de 66,3 milhões de euros (20,6% do montante total das dotações do FEDER) para a Madeira.

Portugal

21,5 milhares de milhões de euros para o período de 2007–2013

Estimular o crescimento, o emprego e a competitividade

A UE EM ALERTA

O **Fundo Europeu de Solidariedade** foi criado após as cheias devastadoras da Europa Central, no Verão de 2002. Este novo instrumento financeiro garante uma ajuda de emergência, aos Estados-Membros e aos países em vias de adesão, em caso de catástrofe natural grave.

Em 2003, Portugal sofreu danos calculados em 1.228 milhões de euros causados pelos fogos florestais na fronteira com a Espanha e recebeu uma ajuda de 48,5 milhões de euros do Fundo de Solidariedade.

3 COM (2004) 343 final; COM (2004) 543 final, COM (2007) 507 final e COM (2008) 642 final.

4 As regiões ultraperiféricas (Açores, Madeira, Ilhas Canárias e os quatro departamentos ultramarinos franceses) encontram-se confrontadas com problemas específicos mencionados no Tratado: o afastamento, a insularidade, a pequena superfície, o relevo e o clima difíceis e a dependência económica em relação a um pequeno número de produtos.

A Política Regional no terreno

AMPER CENTRAL SOLAR SA

O projecto Amper Central Solar SA está localizado em Moura, na região do Alentejo. O seu objectivo é a instalação de uma central de energia solar que deverá produzir anualmente cerca de 70 mil MW de energia. Este investimento deverá permitir reduzir as emissões de CO₂ de cerca de 118 mil toneladas/ano. O projecto prevê ainda que serão criados, directa ou indirectamente, 700 postos de trabalho durante as fases de instalação e de funcionamento. O custo total da central ronda os 238 milhões de euros, com uma contribuição de 12,8 milhões por parte da UE.

Sítio web: <http://www.amper.pt/>



Utilizar a energia solar para lutar contra as alterações climáticas em Portugal

SISTEMA DE METRO LIGEIRO DO PORTO

O desenvolvimento do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto reveste uma particular importância a nível da estruturação do sistema de transporte metropolitano.

O projecto implicou a construção de 57 km de linhas de metro, a renovação de 10 estações e a construção de 37 novas estações de superfície e 11 subterrâneas. Este sistema de metro teve um enorme sucesso junto dos utentes, que foram cerca de 48 milhões em 2007, mais 10 milhões que no ano anterior (um aumento de 24,7%).

Em Junho de 2008, o sistema de metro do Porto recebeu o Light Rail Award/2008, galardão atribuído pela União Internacional dos Transportes Públicos (UITP) para distinguir a criatividade e o design dos sistemas de metro ligeiro de todo o mundo. Foi salientada não só a forma integrada como o projecto foi concebido e construído, assente em princípios de acessibilidade, design e informação aos utentes, como também a sua contribuição para a renovação urbana, sobretudo no que diz respeito ao centro histórico da cidade. Foram ainda elogiados o design e a arquitectura do sistema.

O custo total do projecto foi de 821 milhões de euros, dos quais cerca de 316 milhões (38,5%) provêm da UE.

Sítio web: <http://www.ccdr-n.pt/>



Mais informações

Política Regional da UE

http://ec.europa.eu/regional_policy/

Política de Coesão em Portugal

http://ec.europa.eu/regional_policy/atlas2007/portugal/index_pt.htm

Sítio web nacional

<http://www.qren.pt/>

Fundo Social Europeu

<http://ec.europa.eu/social/>